

SEGUROS

- Acidentes de trabalho

[Decreto-lei n.º 352/2007 de 23 de Outubro](#) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Sumário: Aprova a nova Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, revogando o [Decreto-Lei n.º 341/93](#) de 30 de Setembro, e aprova a Tabela Indicativa para a Avaliação da Incapacidade em Direito Civil

[Decreto-lei n.º 185/2007 de 10 de Maio](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 142/99](#) de 30 de Abril, que cria o Fundo de Acidentes de Trabalho

[Decreto-lei n.º 159/99 de 11 de Maio](#) Ministério das Finanças

Sumário: Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes

[Decreto-lei n.º 142/99 de 30 de Abril](#) Ministério das Finanças

Sumário: Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho previsto no artigo 39.º da [Lei n.º 100/97](#) de 13 de Setembro

[Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro](#) Assembleia da República

Sumário: Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais

- Automóvel

[Portaria n.º 679/2009 de 25 de Junho](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Sumário: Primeira alteração à [Portaria n.º 377/2008](#), de 26 de Maio, que fixa os critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação aos lesados por acidente automóvel de proposta razoável para indemnização do dano corporal

[Decreto-lei n.º 153/2008 de 6 de Agosto](#) Ministério da Justiça

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 291/2007](#) de 21 de Agosto, revendo o regime aplicável aos processos de indemnização por acidente de viação, e à primeira alteração ao [Decreto Regulamentar n.º 94](#) de 18 de



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

Janeiro, clarificando que a atribuição das prestações por morte fica dependente de apenas uma acção judicial, de acordo com as medidas de descongestionamento dos tribunais aprovadas pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007](#) de 26 de Novembro

[Portaria n.º 377/2008 de 26 de Maio](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça

Sumário: Fixa os critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação aos lesados por acidente automóvel de proposta razoável para indemnização do dano corporal

[Norma Regulamentar do ISP n.º 16/2007-R de 20 de Dezembro](#) Instituto de Seguros de Portugal

Sumário: Regulamenta o novo regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel aprovado pelo decreto-lei n.º 291/2007 de 21 de Agosto

[Decreto-lei n.º 291/2007 de 21 de Agosto](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Transpõe parcialmente para ordem jurídica interna a Directiva n.º [2005/14/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, que altera as Directivas n.os [72/166/CEE](#), [84/5/CEE](#), [88/357/CEE](#) e [90/232/CEE](#), do Conselho, e a Directiva [2000/26/CE](#), relativas ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis («5.ª Directiva sobre o Seguro Automóvel»)

[Decreto-lei n.º 83/2006 de 3 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2005/14/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, e fixa as regras e os procedimentos a observar pelas empresas de seguros com vista a garantir a assunção da sua responsabilidade em caso de sinistro no âmbito do seguro automóvel

[Decreto-lei n.º 199/2005 de 10 de Novembro](#) Ministério da Justiça

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 122/2005](#) de 29 de Julho, que aprova a terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 142/2000](#) de 15 de Julho, que aprova o regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro, e a décima quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 522/85](#) de 31 de Dezembro, que aprova o regime do seguro de responsabilidade civil automóvel

[Decreto-lei n.º 214/97 de 16 de Agosto](#) Ministério do Ambiente

Sumário: Institui regras destinadas a assegurar uma maior transparência em matéria de sobresseguimento nos contratos de seguro automóvel facultativo

- [Ramo vida](#)



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

[Decreto-lei n.º 384/2007 de 19 de Novembro](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Cria o dever de informação do segurador ao beneficiário dos contratos de seguros de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização com beneficiário em caso de morte, bem como cria um registo central destes contratos de seguro e operações de capitalização

- Regime geral

[Decreto-lei n.º 222/2009 de 11 de Setembro](#), Ministério das Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece medidas de protecção do consumidor na celebração de contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação e procede à nona alteração ao [Decreto-Lei n.º 349/98](#), de 11 de Novembro

[Decreto-lei n.º 192/2009 de 17 de Agosto](#), Ministério da Economia e Inovação

Sumário: Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 51/2007](#), de 7 de Março, que regula as práticas bancárias na concessão do crédito à habitação, estendendo o seu regime a outros contratos de crédito garantidos pelo mesmo imóvel e reforçando o direito do consumidor à informação, e procede à extensão do regime estabelecido pelo [Decreto-Lei n.º 171/2008](#), de 26 de Agosto, a este tipo de créditos

[Decreto-lei n.º 2/2009 de 5 de Janeiro](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Procede à décima segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 94-B/98](#), de 17 de Abril, procedendo à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º [2005/68/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro, relativa ao resseguro, e ao reforço da tutela dos direitos dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados na relação com as empresas de seguros

[Decreto-lei n.º 211-A/2008 de 3 de Novembro](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Aprova medidas de reforço do limite de cobertura do Fundo de Garantia de Depósito e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e dos deveres de informação e transparência no âmbito da actividade financeira e dos poderes de coordenação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

[Decreto-lei n.º 171/2008 de 26 de Agosto](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Aprova medidas de tutela do mutuário no crédito à habitação no âmbito do reforço da renegociação das condições dos empréstimos e da respectiva mobilidade

[Decreto-lei n.º 88/2008 de 29 de Maio](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 51/2007](#), de 7 de Março, que regula as práticas comerciais das instituições de crédito no âmbito da celebração de contratos de crédito para a aquisição ou construção de habitação, o [Decreto-Lei n.º 430/91](#), de 2 de Novembro, que regula a constituição de depósitos, e o [Decreto-Lei n.º 171/2007](#), de 8 de Maio, que estabelece as regras a que deve obedecer o arredondamento da taxa de juro nos contratos de leasing, alugar de longa duração, factoring e outros

[Decreto-lei n.º 72/2008 de 16 de Abril](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Estabelece o regime jurídico do contrato de seguro

[Lei n.º 14/2008 de 12 de Março](#) Assembleia da República

Sumário: Proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2004/113/CE](#), do Conselho, de 13 de Dezembro

[Decreto-lei n.º 357-A/2007 de 31 de Outubro](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 25/2007](#) de 18 de Julho, altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Código dos Valores Mobiliários, o Código das Sociedades Comerciais, o regime jurídico das sociedades corretoras e financeiras de corretagem, o regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário, o regime jurídico dos organismos de investimento colectivo, o [Decreto-Lei n.º 176/95](#) de 26 de Julho, o [Decreto-Lei n.º 94-B/98](#) de 17 de Abril, e o [Decreto-Lei n.º 12/2006](#) de 20 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2004/39/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF), e as respectivas normas de execução constantes da Directiva n.º [2006/73/CE](#), da Comissão, de 10 de Agosto de 2006, que regula os requisitos em matéria de organização e as condições de exercício da actividade das empresas de investimento, bem como a Directiva n.º [2004/109/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado (Directiva da

Transparência), e as respectivas normas de execução constantes da Directiva n.º [2007/14/CE](#), da Comissão, de 8 de Março de 2007

[Decreto-lei n.º 51/2007 de 7 de Março](#), Ministério da Economia e Inovação

Sumário: Regula as práticas comerciais das instituições de crédito e assegura a transparência da informação por estas prestada no âmbito da celebração de contratos de crédito para aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, bem como para aquisição de terrenos para construção de habitação própria

[Lei n.º 46/2006 de 28 de Agosto](#) Assembleia da República

Sumário: Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde

[Decreto-lei n.º 145/2006 de 31 de Julho](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 10/2006](#) de 4 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2002/87/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro, e a Directiva n.º [2005/1/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março, que estabelece uma nova estrutura orgânica para os comités no domínio dos serviços financeiros

[Decreto-lei n.º 144/2006 de 31 de Julho](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 11/2006](#) de 4 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2002/92/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Dezembro, relativa à mediação de seguros, e estabelece o regime jurídico do acesso e do exercício da actividade de mediação de seguros ou de resseguros

[Decreto-lei n.º 251/2003 de 14 de Outubro](#) Ministério das Finanças

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2002/12/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Março, relativa aos requisitos em matéria de margem de solvência aplicáveis às empresas de seguro de vida, e a Directiva n.º [2002/13/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Março, relativa aos requisitos em matéria de margem de solvência aplicáveis às empresas de seguro não vida

[Decreto-lei n.º 90/2003 de 30 de Abril](#) Ministério das Finanças

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2001/17/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Março, relativa ao saneamento

e à liquidação das empresas de seguros, e altera o [Decreto-Lei n.º 94-B/98](#) de 17 de Abril

[Decreto-lei n.º 72-A/2003 de 14 de Abril](#) Ministério das Finanças

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º [2000/26/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis, alterando os Decretos-Leis n.os 522/85, de 31 de Dezembro, e 94-B/98, de 17 de Abril

[Decreto-lei n.º 8-A/2002 de 11 de Janeiro](#) Ministério das Finanças

Sumário: Transpõe para o direito interno a Directiva n.º [98/78/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro, relativa à fiscalização complementar das empresas de seguros que fazem parte de um grupo segurador. Revê o [Decreto-Lei n.º 94-B/98](#) de 17 de Abril

[Decreto-lei n.º 94-B/98 de 17 de Abril](#) Ministério das Finanças

Regula as condições de acesso e de exercício da actividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, incluindo a exercida no âmbito institucional das zonas francas